

## MOÇÃO

Os professores da *Escola Secundária Martins Sarmiento*, em Guimarães, reunidos em plenário e abaixo-assinados, tomando em consideração as políticas deste Governo e do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente:

1. o esgotamento e empobrecimento da Escola Pública através de turmas sobrelotadas, dificultando inequivocamente o trabalho pedagógico com os alunos, prejudicando particularmente aqueles com mais dificuldades e desvantagens sociais;
2. o horário de trabalho letivo dos professores, de 22 horas, contadas ao minuto, a que se somam mais 13 horas não letivas, num montante total de 35 horas semanais, mas manifestamente abaixo do trabalho efetivamente realizado, sem qualquer direito a horas extraordinárias;
3. o número crescente de turmas e alunos por professor, alcançando cerca de 150 alunos num grande número de casos e, noutros, podendo chegar aos 200 alunos;
4. o completo congelamento das carreiras e progressões profissionais, há pelo menos seis anos, eliminando desse modo qualquer estímulo ao desenvolvimento profissional;
5. a redução acentuada dos salários, fazendo diminuir as condições básicas de atualização cultural e profissional, contribuindo para a não dignificação da profissão docente, bem como para a instabilidade dos professores e das suas famílias;
6. a recente proposta de Governo de:
  - a) despedir, a médio e precário prazo, todos os professores colocados em situação de horário zero, estimados em cerca de quinze mil (não por falta de alunos ou de pertinência na oferta de atividades educativas essenciais, mas devido a uma sobrecarga pedagógicamente inaceitável do número de alunos por professor, aliada ao aumento das burocracias para os que sobejarem);
  - b) aumentar o horário de trabalho das 35 para as 40 horas, o que conduzirá, inevitavelmente, a uma degradação crescente e real da qualidade de ensino e das aprendizagens prestadas aos alunos,

Deliberaram:

1. Rejeitar, em absoluto, o aumento do horário de trabalho dos professores para as 40 horas semanais, não porque se discorde, em princípio, com a ideia da igualdade do número de horas de trabalho dos trabalhadores do setor privado e da Função Pública (assinalando-se que os professores das escolas privadas têm o mesmo horário de

trabalho semanal que os professores da Escola Pública, 35 horas), mas porque o desenvolvimento das tarefas educativas e docentes impõe exigências de esforço físico, intelectual e emocional, de atualização académica e trabalho de investigação didático-pedagógico, incompatíveis com tão elevado tempo de trabalho, que se antecipa essencialmente de tempo letivo.

(De facto, todos os indicadores internacionais sobre o trabalho dos professores assinalam que os professores portugueses são dos que trabalham mais horas dentro da sala de aula, não se percebendo, pois, esta medida a não ser como uma absurda tentativa de despedimento de professores, aos milhares, em detrimento da qualidade da educação e do ensino e, portanto, da igualdade de oportunidades entre todos os portugueses);

2. Rejeitar, em absoluto, a integração dos professores no “regime de mobilidade especial da Função Pública”, objetivo ostensivamente negado por este Governo e por este Ministro da Educação em várias intervenções públicas e não constante do Programa de Governo, aprovado na Assembleia da República, ou nos programas eleitorais dos partidos membros da coligação de Governo, o que corresponde, de facto, ao seu despedimento liminar, em muitos casos de professoras e professores com mais de vinte e vinte cinco anos de serviço, com quarenta ou quarenta e cinco anos de idade, ou mais, que toda a sua vida adulta foram formados para as profissões que desempenham, vidas inteiras dedicadas ao serviço do ensino, da educação e do progresso de Portugal, e que agora se propõe sejam descartados e abatidos, sem sequer terem acesso ao subsídio de desemprego;

3. Solicitar aos vários sindicatos de professores, particularmente aos mais representativos, que encetem todas as formas de luta que visem combater este anunciado assassinio da profissão docente e, concomitantemente, da Escola Pública (inclusiva), que irá destruir, de modo cruel e contrário aos interesses do país, milhares de vidas de professores e de outros profissionais da educação;

4. Pugnar para que essas formas de luta sindicais passem, desde já, pela convocação de greves em períodos coincidentes com as avaliações e/ou os exames dos 11.º e 12.º anos, forma de luta extrema mas justamente proporcional ao genocídio educacional, posto em marcha por este Ministério da Educação e Ciência e por este Governo.

5. Solicitar aos pais e encarregados de educação dos nossos alunos que dialoguem ativamente com os professores dos seus filhos e educandos, de modo a compreenderem melhor o atual processo de desestruturação da Escola Pública, de que o despedimento massivo de milhares de professores e a destruição das suas vidas é apenas a primeira parte, mas de que os seus filhos e as suas expectativas de ascensão e progresso social serão as vítimas principais.





